

O que significa passar da economia popular à economia do trabalho?

José Luis Coraggio¹

O que é e como se pensa a economia popular?²

Desde a época da colonização, a América Latina vem experimentando mudanças quanto às formas predominantes de organização da produção e do trabalho, seja em seus distritos rurais e pequenas localidades, seja em suas grandes metrópoles.

Ainda que atravessemos um momento de transição de épocas e de um pragmatismo imediatista generalizado, que se apoia no desencanto com as nossas antigas propostas dos anos 60, ou de um pessimismo paralisante em relação ao futuro; ainda que continuemos sem poder contar com uma visão concreta de que sistema possa emergir desta crise; mesmo assim, devemos e podemos arriscar algumas propostas, tendo em conta as tendências históricas e a urgência que se põe diante da situação de desencanto e de sofrimento material que atualmente vem experimentando a imensa maioria da população³.

Há três décadas, ainda era predominante um modelo de desenvolvimento, capitalista ou socialista, centrado num processo de industrialização que se fazia acompanhar pela formação de um mercado interno, impulsionado e regulado pelo Estado e dinamizado pelo investimento público e pela formação de capitais nacionais. Foi esse mesmo processo que também realizou a conformação de uma estrutura de classes nacionais centrada na relação contraditória entre trabalhadores, capital e Estado desenvolvimentista.

Mas, a partir dos anos 70, em conseqüência da crise da economia mundial capitalista e das reacomodações por que passaram os Estados, a partir daí ocupados com o programa conservador, vai se dando uma reorganização das formas de trabalho cuja característica foi a emergência de um importante Setor Informal Urbano (SIU). Conceitualmente, este setor podia ser caracterizado como aquele que devia cumprir, para o regime de acumulação do capital, a função de prover um colchão anticíclico ao mercado interno

¹ Economista Argentino, Pesquisador-Docente e Diretor Acadêmico do Mestrado em Economia Social da Universidade Nacional de General Sarmiento (UNGS), Buenos Aires, Argentina.

² Os organizadores deste número da revista Proposta solicitaram o que está indicado no título. Esta é uma tentativa parcial de resposta, mas os conceitos vão se clarificando em relação a outros conceitos e mediante a compreensão crescente, tanto de sua história interna como de sua relação com os contextos reais em que emergem e onde se inserem através de suas práticas, favorecendo sua retificação.

³ Ver Marcos Arruda, "Situando a economia solidária", em: Vários Autores, *Economia Solidária*, Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães, No. 5, Salvador, 2003.

periférico. Ou, então, devendo servir como uma forma de “exército industrial de reserva”⁴, mas cuja persistência e crescimento permitia também conceituá-lo como um traço característico da heterogeneidade estrutural própria das economias não desenvolvidas.⁵

Na verdade, esse SIU ‘*por conta própria*’ tinha seus antecedentes históricos remotos, mas, enquanto fenômeno massivo, foi produto da modernização capitalista. Tomando de modo agregado, com o sentido apenas de quantificar o remanescente do “verdadeiro” sistema econômico (empresas capitalistas e trabalho assalariado), este setor veio se somar a:

- o trabalho assalariado urbano, comprado ilegalmente pelas empresas fora do regime de contratos de trabalho (o mercado - “negro” - de trabalho);
- a produção camponesa (em muitas regiões, mais propriamente etno-camponesa) de subsistência, obviamente transformada e subordinada a dinâmicas mercantis pela presença dos proprietários de terras e dos capitalistas agrários, e também tida como “informal”, apesar de suas instituições básicas serem já de longa duração e de apresentarem formas bem estabelecidas e anteriores àquelas do regime de empresas capitalistas;
- o trabalho dos peões rurais e de outros trabalhadores em explorações agropecuárias, muitas vezes para cumprir tarefas sazonais ligadas ao ciclo agrícola, o que apenas em poucos países alcançou reconhecimento e a regulação pelo Estado.

Sendo definido pela negativa (como “não formal”), por oposição às atividades econômicas empresariais ou estatais, para as quais o trabalho assalariado normatizado pelo Estado desenvolvimentista e as leis de seguridade social eram o paradigma que foi sendo imposto pelas lutas dos trabalhadores, em suas origens, o SIU foi associado sobretudo ao conjunto dos micro empreendimentos mercantis⁶ – unipessoais ou familiares – que se

⁴ Nesta visão, quando o emprego formal ou os salários reais diminuam, os trabalhadores se transferiam para atividades de trabalho autônomo – como, no caso do trabalho feminino, para os serviços domésticos – e quando se entrava em novo ciclo de crescimento eles voltavam para o emprego assalariado. Mesmo assim, sempre havia lugar para a opção voluntária (quase um comportamento desviado) de não se deixar assalariar, mas de trabalhar por conta própria, de fundar uma empresa familiar e evitar subordinar-se a um patrão. No entanto, o estruturalismo via esses aspectos como irrelevantes em sua explicação do desenvolvimento econômico.

⁵ Ver: Pinto, A. (1970): *Naturaleza e implicaciones de la ‘heterogeneidad estructural’ de la América Latina*, em: CEPAL, *Cincuenta años de pensamiento en la CEPAL: textos seleccionados*, vol. 1, México, D.F., Fondo de Cultura Económica 1998; e Pinto, A. (1976): “Heterogeneidad estructural y modelo de desarrollo reciente de la América Latina”, *Inflación: raíces estructurales*, México, D.F., Fondo de Cultura Económica.

⁶ Havendo definido a economia de mercado, só se contabilizavam como atividades econômicas as orientadas para a produção ou intermediação de bens e serviços para o mercado. O trabalho doméstico familiar ou comunitário de satisfação direta de necessidades, ou outras formas de trabalho social não mediado pelo mercado eram excluídos de consideração dado o paradigma de sociedade de mercado que orientava teorias, metodologias e políticas públicas.

caracterizam: pela baixa produtividade; pelo baixo nível de capitalização; por seu pequeno porte; pelo peso das relações familiares; por sua incapacidade em quantificar, calcular e planejar; e, sobretudo, por sua ilegalidade (não inscrição nos registros do Estado, não cobertura dos seguros sociais, ausência de contratos formalizados, evasão de impostos, posse precária do solo ou das construções, etc.); e também, em consequência, por sua dificuldade de acesso ao crédito bancário e dependência dos usurários.⁷

Nas duas últimas décadas, ao impulso neoliberal, os trabalhadores públicos, à medida que se ia privatizando o setor estatal, eram expulsos ou precarizados (com ou sem indenizações). Enquanto isso, como resultado da abertura abrupta ao mercado global, o setor empresarial privado era submetido à competição e, como consequência, iam se fechando ou reestruturando as suas plantas (passando em muitos casos de produtores a importadores) mediante uma tecnologia poupadora de custos de mão de obra. Assim, milhões de trabalhadores assalariados urbanos ou imigrantes de zonas rurais foram buscar no trabalho por conta própria e na formação de empreendimentos familiares um refúgio contra o desemprego e a exclusão como consumidores⁸.

As taxas de “mortalidade” das microempresas recém nascidas foram altíssimas. E, para isso, não deixaram de contribuir os próprios programas de apoio aos microempreendimentos, já que foram concebidos tendo como paradigma a visão da grande empresa moderna.

O resultado foi de acelerar o darwinismo para que só os mais aptos ou afortunados pudessem se garantir como microempreendimentos auto sustentáveis. As condições do sistema jurídico-administrativo, pensado para empresas e aplicado como vigilância e castigo (ou coima - multa) e a falta de uma política eficaz para o desenvolvimento do trabalho autônomo (as próprias leis das cooperativas mostraram muitas vezes que seu papel era mais de dissuadir do que de promover a formação de cooperativas) colocaram obstáculos econômicos e de procedimentos no sentido de que estas formas de organização do trabalho pudessem ser reconhecidas e, inclusive, adequadamente registradas (costuma-se estimar de modo muito grosseiro e não censitariamente o peso desse setor no valor da produção nacional).

⁷ Para uma avaliação crítica do debate sobre informalidade, ver: Patricio Narodovski, “La informalidad en la cadena de valor: el caso de los Plásticos de San Martín y Quilmes”, (manuscrito), Buenos Aires, 2002.

⁸ Na América Latina, (...) “desde 1950 até a atualidade, o setor informal urbano da economia não deixou de crescer. Se em 1950, 24% dos trabalhadores urbanos estavam na informalidade, em 1980, este índice se havia elevado para os 25%, reflexo de que a industrialização em marcha não podia eliminar os bolsões de pobreza e marginalidade que cresciam em termos absolutos (a porcentagem sobre a população economicamente ativa, passou de 10 para 16%, representando uma expansão de 60% em 30 anos). A década de 1980 apresentou resultado especialmente daninho nesse sentido; a crise da dívida externa teve altíssimos custos sociais, já que a informalidade no emprego urbano subiu para 31%, com redução respectiva no setor formal.” Ver : Yanez, César (2003), “América Latina en los noventa: los déficits del crecimiento”, em Revista América Económica Internacional, junio 2003 (<http://www.americaeconomica.com/repor/yanez.htm>). Entre 1990 e 2002, de cada dez empregos gerados, sete foram informais. (Para a OIT, informalidade inclui os microempreendimentos, o serviço doméstico e os trabalhadores independentes). OIT (2002) Panorama Laboral 2002. (<http://www.oit.org.pe/spanish/260ameri/publ/panorama/2002/index.html>)

Em muitos casos, os trabalhadores transferiram para os microempreendimentos os conhecimentos, as habilidades e o "capital social" que haviam adquirido em sua trajetória como trabalhadores assalariados ou que haviam herdado transgeracionalmente de seus pais, artesãos ou camponeses. Outra fonte significativa dessa transferência se refere às capacidades adquiridas pelas mulheres – cuja presença é forte nesse setor – durante sua gestão da economia doméstica.

A massificação desse conglomerado magmático, que compete feroz ou até mafiosamente por mercados, e que em muitos casos é derivado das demandas de serviços dos setores médios urbanos, contribuiu para acentuar o individualismo e para que, cada vez mais, se repartisse o mesmo mercado entre um número sempre crescente de empreendimentos. O empobrecimento dos setores médios (por algum tempo considerados como "privilegiados" até pela CEPAL) e a crescente redução do setor assalariado fizeram inchar o setor informal, baixar os ganhos situados na média e aumentar sua "taxa de mortalidade". Deste modo, a taxa do desemprego aberto aumentou, por efeito do desalento e da comprovação da dificuldade de sobreviver num mercado que se estreita, altamente competitivo e sem uma base adequada de bens públicos. Para algumas visões, este setor, sobretudo nos anos 80 e 90, foi denominado como a "economia popular".⁹

Paralelamente, já desde os anos 80, intelectuais latino-americanos como Luis Razeto começavam a levantar a possibilidade de se promover uma "economia popular", mas entendida de uma outra maneira. Esta não só se definia pela categoria social de seus atores (fundamentalmente definidos como os pobres, os excluídos das instituições do trabalho assalariado formal), como também pela qualidade de suas relações e valores (valores de solidariedade, relações de reciprocidade, de cooperação) e por sua escala organizativa, suficientemente pequena de modo a permitir relações econômicas interpessoais, não mediadas pelo mercado nem pela competição, que – seguindo a tradição marxiana –, junto com o Estado, eram vistos como forças alienantes.

Esta proposta foi valorizada sobretudo em círculos de ativistas cristãos de base, e tinha um forte componente de "conversão" das pessoas, combinando a tradição freireana da conscientização com as práticas das ong's dedicadas à promoção do desenvolvimento de empreendimentos econômicos populares.¹⁰

O cooperativismo, corrente com forte presença institucional em alguns países da região (em especial no Uruguai), debilitava-se pela burocratização, pela

⁹ Ver: "Proyecto Regional para la superación de la pobreza/ PNUD, La economía popular en América Latina – una alternativa para el desarrollo –", PNUD, mimeo, Bogotá, julio 1991.

¹⁰ Ver: Razeto Migliano, Luis (1990), *Educación Popular y desarrollo local*. Mimeo.

paralisa de suas estruturas e ideologias e pelo uso espúrio que muitas empresas capitalistas faziam dele, contratando trabalho de modo precário¹¹.

O Contexto político ideológico

No fundo, ainda estavam presentes os ecos da controvérsia a respeito do socialismo real: se este havia sido uma forma transfigurada de capitalismo de Estado ou não, ao imprimir nas bases materiais da sociedade o mesmo sentido produtivista de desenvolvimento sem limite das forças produtivas, sendo que estas já se achavam liberadas da trava da propriedade privada dos meios de produção.

Do mesmo modo, a discussão sobre os limites do crescimento quantitativo – seja capitalista que socialista – havia já sido levantada. E já existiam as propostas de desenvolvimento em escala humana, de “o pequeno é lindo”, junto com a afirmação de que “o desenvolvimento contagia”. Nos anos 80, desde os próprios organismos internacionais, já se começava a falar de se pôr um limite na acumulação infinita, garantindo a todos, pelo menos, a satisfação das necessidades básicas.

A conjunção entre o desencanto com o socialismo estatista, as experiências do estado periférico nas mãos de ditadores apoiados pelos Estados Unidos e a virulência deste país contra as tentativas da revolução com Liberdade, da Unidade Popular no Chile, ou da Revolução Sandinista na Nicarágua, podem ter contribuído para que, no imaginário popular, o Estado perdesse seu papel de mediador entre os conflitos sociais e também aquele de agente do desenvolvimento, que ia tirar a sociedade do jogo de soma zero. Assim, o anti-estatismo do conservadorismo encontrou um solo fértil nesse imaginário popular.

Em 1990, o PNUD iria substituir explicitamente as suas bandeiras desenvolvimentistas e suas metodologias de crescimento econômico planejado para os países da periferia, nas quais o Estado ocupava o centro da economia, pela proposta de um novo paradigma para o desenvolvimento na periferia: o Desenvolvimento Humano, a cargo de Estados e de Organismos Internacionais assistencialistas.

Seria necessário redistribuir parte do excedente (ou emprestá-lo) de modo eficiente, investindo diretamente nas pessoas, porque o derrame do

¹¹ Os problemas do cooperativismo no contexto de uma economia capitalista são de larga data: ver Paul Singer: “Economia Solidária: um modo de produção e distribuição”, em Paul Singer e André Ricardo de Souza (org.), *A economia Solidária no Brasil. Autogestão como resposta ao desemprego*, Contexto, São Paulo, 2000.

crescimento econômico não se havia dado nem se daria, e se fazia necessário orientar as políticas públicas por indicadores “sociais” e não só “econômicos”. Sem dúvida, a melhoria dos indicadores sociais (mortalidade infantil, escolarização, esperança de vida ao nascer, etc.) podia ser compatível com a polarização socioeconômica resultante da retração reguladora do Estado e com o clientelismo político, dirigido não a reverter mas a tornar governável o modelo político-econômico neoliberal, que integrava a periferia de maneira subordinada a um grande mercado global e a um sistema dominado pelos Estados Unidos.

O paradigma do desenvolvimento humano, que vinha acompanhado de diagnósticos certos sobre os perigos de um processo de globalização comandado pelo capital financeiro, ao chegar o momento das recomendações aos Estados, se reduziu a uma grande política compensatória global, para que os mais pobres suportassem as consequências da globalização. A ideologia do mercado automático como segunda natureza ajudava a eludir a responsabilidade do Estado diante da nova questão social, numa exclusão massiva de centenas de milhões de latinoamericanos, e a cultivar a idéia de que a “sociedade civil” podia assumir autogestionariamente o alívio da pobreza.

Para Outras hipóteses de trabalho sobre a economia popular¹²

Em 1986, a partir da experiência da Revolução Sandinista na Nicarágua, começamos a levantar a necessidade de se ter uma visão alternativa da economia popular realmente existente¹³, que a diferenciasse do SIU¹⁴ e que não tomasse como base principal as organizações econômicas mercantis, registradas ou não pela economia oficial, solidárias ou competitivas em suas relações, nem, menos ainda, que se somasse a elas o trabalho assalariado ilegal. Assim, propusemos que se tomasse como base o conjunto das células primárias constituídas **pelos unidades domésticas (UD), as suas extensões associativas e formas ad hoc.**

¹² Para um amplo espectro de perspectivas a respeito, ver: Gabriel Kraychete, Francisco Lara e Beatriz Costa (Org.), *Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia*, Vozes, Petrópolis, 2000.

¹³ Ver Coraggio, José Luis (1994) “Comunicación y representación popular: el caso de la Revolución Sandinista”, Papers on Latin America, No. 36, The Institute of Latin American and Iberian Studies, Columbia University.

¹⁴ Ver Coraggio, José Luis (1992), “Del setor informal a la economía popular: un paso estratégico para el planteamiento de alternativas populares de desarrollo social”, em: Coraggio, J.L. y otros (1995) *Más allá de la informalidad*, Ciudad, Quito.

Associada muitas vezes à família nuclear, ou ao lar, definimos a UD como a organização econômica característica da economia popular – fundada sobre relações de parentesco, afinidade, ou étnicas, por exemplo – que organiza recursos e capacidades, que gere a resolução de necessidades, e que caracterizamos pelo objetivo de conseguir a reprodução ampliada da vida de seus membros (em condições intergeracionais sempre melhores).

Esta definição permite abarcar um amplo espectro social e de relações humanas¹⁵, algumas das quais não se caracterizam precisamente por sua solidariedade, mas nem por isso são menos “populares”: há relações patriarcais, exploração do trabalho alheio baseado na forma do trabalho assalariado, ou de maneira direta em diferenças de gênero, de idade, de raça. Mas sua característica positiva distintiva é a existência de um forte componente de relações de reciprocidade e de corresponsabilidade na reprodução da vida de seus membros.

Deve-se reconhecer que as UD variam notavelmente entre as diversas culturas, entre os âmbitos urbanos ou rurais, entre conjunturas prolongadas e ao longo das transformações históricas de seu contexto¹⁶. Deste modo, nos propusemos “modelizar” um aspecto desta organização econômica, com base no fato empírico de que sua principal força produtiva era o conjunto das capacidades de trabalho de seus integrantes.

Assim, propusemos conceituar o Fundo de Trabalho da UD como o conjunto das energias, disposições e capacidades manuais e intelectuais para trabalhar que traziam os membros de uma UD. E propusemos classificar e quantificar os diversos usos deste fundo de trabalho nas seguintes categorias:

- trabalho mercantil¹⁷
 - a) por conta própria, produtor de bens e serviços para o mercado
 - b) assalariado
- trabalho de reprodução propriamente dita:
 - c) de produção de bens e serviços para o autoconsumo
 - d) de produção solidária de bens e serviços para o consumo comunitário
 - e) de formação e capacitação.

¹⁵ Em seus trabalhos, Razeto utilizava o conceito de Organizações econômicas populares (OEP) para se referir às novas formas de organização associativa para resolver problemas econômicos dos setores pobres excluídos do mercado. Ver Razeto et al, *Las Organizaciones Economicas Populares, 1973-1990*, 3ª edición, PET, Santiago, 1990.

¹⁶ Smith, Joan e Wallerstein, Immanuel (comps.) (1992) *Creating and Transforming Households. The constraint of the world –economy*, Cambridge University Press, New York.

¹⁷ Voltado a obter ganhos através do comércio. Experiências recentes, na Argentina, mostraram a necessidade de se admitir outras formas de comércio, como a troca (se bem que sua eficácia em escala suponha a criação de uma moeda local.)

Esta conceituação provoca um tríplice deslocamento:

- a) criticava as concepções que viam o trabalho formal apenas como parte do setor capitalista ou estatal e reduziam o trabalho da economia popular àquele 'por conta própria'; requeria ver, agora, a partir das UD, o desenvolvimento de estratégias variáveis e combinadas de inserção nos mercados e de ação para a resolução direta das necessidades;
- b) a lógica limitada dos micro empreendimentos "informais", aparentemente sem racionalidade em comparação com as empresas capitalistas¹⁸, cedia o lugar central para pensar a economia popular e para a UD com sua racionalidade substantiva tendo em vista conseguir a reprodução da vida, racionalidade que não só se sustenta historicamente, apesar do predomínio do capitalismo, mas que, além disso, é condição de qualquer sistema econômico;
- c) não se idealizava a economia popular por contraposição à capitalista, mas se reconhecia seu caráter interno e extremamente contraditório e, como conjunto sócio-econômico, magmático e inestruturado¹⁹.

A economia popular realmente existente, subordinada ideológica e materialmente ao sistema capitalista, era vista como ponto de partida que devia ser submetido a uma crítica conceitual e prática, buscando, não sua "maior eficiência", mas sua superação. Isto, por sua vez, permitia que ela se assentasse sobre outras bases, complementares àquelas da Economia Política²⁰, "disputando" o sentido de "a" economia com o capital, e extrapolando um sentido profundo presente nas UD, mas conformado pela existência de um contexto de exploração capitalista.

A crítica à política social neoliberal, recoberta ou não de Desenvolvimento Humano, levava a buscar alternativas sistêmicas que fossem além de simples experiências micro sociais de sobrevivência. A reprodução ampliada da vida humana supunha um objetivo igualmente ilimitado, mas já não se tratava meramente de quantidade (consumo de bens e serviços), mas de qualidade de vida em sociedade. Enquanto a satisfação das necessidades "básicas" supunha a drenagem de parte do excedente econômico acumulado pelo capital a fim de se atenderem as necessidades elementares da sobrevivência, a reprodução da

¹⁸ Ao capacitador clássico parecia irracional que uma empresa, por pequena que fosse, pudesse confundir as identidades do empresário com a do chefe de família e utilizar, por exemplo, fundos do "caixa" para pagar um enterro.

¹⁹ Ver: Melliasoux, Claude (1993) *Mujeres, graneros y capitales*. Editorial Siglo XX, y Sahlins, Marshall (1988), *Cultura y razón práctica. Contra el utilitarismo en la teoría antropológica*. Editorial Gedisa, Barcelona.

²⁰ Ver: José Luis Coraggio, "La Economía Social como vía para outro desarrollo social" lançado em Urbared, Red de políticas sociales urbanas, projeto conjunto da UNGS (Argentina) e a UNAM (México), em www.urbared.ungs.edu.ar, a ser publicado em *Pobreza Urbana y Desarrollo* (Serie FORTAL), IIED- AL, Número 1, 2003.

vida em condições sempre melhores levanta a competição pelos recursos e pelas vontades políticas como sendo o próprio sentido da economia.

A construção de um setor de economia centrado no trabalho como projeto político²¹

O conceito de *economia* que corresponde a essa visão é aquele do sistema que gera, define e distribui recursos materiais e capacidades humanas e institucionais de modo que se satisfaçam as necessidades de todos segundo as definições, valorações e prioridades que democraticamente as diversas sociedades tenham resolvido, gerindo o sistema global, nacional, regional e local de necessidades, de modo que a reprodução intergeracional e cada vez mais eqüitativa da vida esteja a salvo de interesses e poderes particulares, nacionais ou internacionais.

Passamos assim da visão que orienta a ação de atendimento à sobrevivência em nível micro social, para uma outra visão, de ordem societal, de caráter político e não somente ideológico. Esta visão entra em contradição com versões do desenvolvimento humano – ainda que possa dialogar com elas – que, aparentemente, superam o economicismo, mas que, na realidade, se baseiam em reconhecer a impossibilidade de se fechar a brecha do desenvolvimento econômico desigual entre nações e continentes, deixando apenas a opção do assistencialismo como resposta ao dilema da ingovernabilidade política na presença do capital liberado a seu próprio automatismo.

Trata-se de partir da realidade para transformá-la, respeitando-se os tempos que essa transformação requer. Ora, isto supõe não que vejamos a economia popular apenas melhorada, solidária ou dos trabalhadores como “a alternativa”, como um sistema social novo cujos integrantes vivem em catacumbas, auto organizados através de redes sem centro, sem Estado, e esperando o fim do capitalismo. Isto supõe que façamos a diferença entre a economia popular realmente existente – subordinada à cultura, aos valores e aos poderes da sociedade e do estado capitalistas – e a possibilidade que ela contém de se tornar uma economia do trabalho – por oposição à economia do capital.

A realização dessa **economia do trabalho** requer que se passe da competição individualista pela sobrevivência – desde a UD, o bairro ou a localidade – à ação associativa em totalidades complexas, a fim de melhor se resolverem as

²¹ Sem dúvida, há variantes desta busca de conceitos e práticas alternativas. Ver a valiosa recompilação de pontos de vista em: Antônio David Cattani (Org.), *A outra Economia*, Veraz Editores, Porto Alegre, 2003.

necessidades de todos democraticamente legitimadas. A efetivação dessa possibilidade é inseparável do desenvolvimento de toda a sociedade; não pode ser realizada imediatamente e nem, muito menos, como um resultado mecânico-reativo do furacão²² da globalização. Mas supõe uma construção política desde as bases da sociedade e desde um Estado democratizado, navegando na incerteza da transição final do sistema-mundo dominado pelo capital.

Isto requer delineamentos estratégicos e alianças amplas de interesses que se contrapõem frontalmente à forma global e puramente financeira do capital, cujos gestores são os responsáveis pelas catástrofes sociais geradas pelas políticas neoliberais que se iniciaram claramente em 1973, com o regime de Pinochet, e que continuaram em 1976, com a ditadura de Videla, antes mesmo que, no Norte, Thatcher e Reagan assumissem a representação do conservadorismo triunfante sobre o socialismo e a social democracia.

É possível construir uma economia centrada na expansão e desenvolvimento – desde o local e o global, através de iniciativas do Estado e da Sociedade – das capacidades do trabalho humano em sociedade, incorporando o conhecimento como força produtiva indissociável do trabalho e da reprodução ampliada da vida de todos. Essa afirmação teórico-prática, da centralidade do trabalho, marca – como direito em si e como condição material, junto com o respeito aos equilíbrios ecológicos, para se definir e se exercer todos os demais direitos humanos – um programa estratégico que possa orientar ações e gerar situações de aprendizagem em diversas escalas, com base na prática e na reflexão.

Esse setor da economia deverá coexistir, gerindo necessidades e conflitos internos, ao mesmo tempo que competindo política, econômica, tecnológica e culturalmente com o setor da economia organizado como empresas capitalistas, e disputando com ele o sentido da economia do Estado, geradora de bens públicos indispensáveis ao desenvolvimento das sociedades. De nenhum modo esse setor da economia do trabalho se esgota em si mesmo, pois seu sentido político está marcado por essa transformação e essa interrelação com a lógica da acumulação do capital e com a lógica da acumulação do poder político, encarnando e projetando nessas relações os valores e os interesses das maiorias.

Texto publicado na revista Proposta, da FASE, No. 98, set/nov. 2003, pp. 12 a 19 e traduzido pela CAPINA, com a revisão do autor.

²² Ver: Frans Hinkelammert (Comp.), *El Huracán de la Globalización*, DEI, San José, 1999.